

RECURSO ESPECIAL Nº 1.586.338 - SP (2016/0045568-0)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **SISTA- SINDICATO DOS SERVIDORES TECNICOS ADMINISTRATIVOS DA FUFMS**
ADVOGADO : **MARTA DO CARMO TAQUES E OUTRO(S) - MS003245**
RECORRENTE : **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**
RECORRIDO : **OS MESMOS**

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo SISTA- SINDICATO DOS SERVIDORES TECNICOS ADMINISTRATIVOS DA FUFMS, com base no art. 105, III, **a** e **c**, da CF/88, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. SERVIDOR PÚBLICO. 28,86%. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. ACORDO EXTRAJUDICIAL FEITO DIRETAMENTE COM OS SERVIDORES. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO DAS DIFERENÇAS DEVIDAS. EXECUÇÃO DA VERBA HONORÁRIA. PROSSEGUIMENTO. PRELIMINARES DE CERCEAMENTO DE DEFESA E OFENSA À COISA JULGADA. MATÉRIA DE MÉRITO. SENTENÇA CORRIGIDA DE OFÍCIO.

1. Sentença retificada de ofício para que conste como representado Luciano Correa da Silva.
2. Matéria preliminar analisada juntamente com o mérito.
3. O Egrégio Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento de que, tendo sido o acordo dos 28,86% firmado em data anterior à edição da MP 2.169/01, quando não era possível suprir a apresentação de homologação judicial por meio de documento do SIAPE, cabe à Administração apresentar o termo da transação, devidamente homologado pelo juízo competente (AGRESP 1.011.707 e RECURSO ESPECIAL 1.188.613).
4. A mesma Corte entendeu que não havendo ação em curso podem os servidores firmar acordos na esfera administrativa para recebimento do reajuste (28,86%), independentemente de homologação judicial, o qual pode ser comprovado por meio de extrato fornecido pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos

Humanos - SIAPE.

5. Demonstrada pela documentação fornecida pelo SIAPE que houve acordo administrativo feito diretamente com os servidores, que não integraram o pólo passivo da ação originária, para recebimento das diferenças dos 28,86%, não há mais crédito a executar em sede da presente demanda.

Pretensão recursal do embargado desacolhida neste aspecto.

6. Quanto à verba honorária, cabe o prosseguimento da execução, para fixá-la em 5% sobre o valor do acordo.

7. Sentença retificada de ofício. Apelação parcialmente provida" (fls. 144/145e).

Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. EMBARGOS IMPROVIDOS.

1. A finalidade dos embargos de declaração é completar o acórdão omisso ou, ainda, aclará-lo, dissipando obscuridades ou contradições, para que se extraia da decisão todo o seu real alcance.

2. O v. acórdão embargado está devidamente fundamentado, não tendo ocorrido nenhuma das hipóteses previstas no artigo 535 do Código de Processo Civil.

3. A preliminar de cerceamento de defesa, suscitada na apelação, foi analisada juntamente com o mérito, não havendo obscuridade a ser sanada neste aspecto.

4. Os embargos de declaração não são o meio adequado para pleitear a reforma do acórdão.

5. Tendo em vista a sucumbência recíproca, não prospera a pretensão recursal da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul de manutenção da verba honorária fixada nos embargos à execução em R\$ 800,00 (oitocentos reais).

6. Embargos de declaração de ambas as partes improvidos" (fl. 172e).

No recurso especial, a parte recorrente aponta ofensa aos arts. 20, caput e § 3º, 535, I e II, e 794, II, do CPC/1973, sustentando o seguinte:

"III - PRELIMINAR

Vindo, porém, o E. STJ entender pela necessidade de pronunciamento explícito sobre a matéria, embora opostos os declaratórios, levantam os recorrentes preliminar, por ofensa ao art.

535, do CPC quanto a omissão e contradição no v. Acórdão recorrido, assim:

- (a) ao não examinar alegação de ofensa à ampla defesa, tendo indicado na apelação a contrariedade aos art. 131 e 740, do CPC e, ainda, o art. 5º, LV, da CF em sede de embargos de declaração;
- (b) ao não examinar alegação de ofensa à coisa julgada;
- (c) ao rejeitar a alegação de contradição quando afirmou que não havia ação em curso, no caso o mandado de segurança coletivo em trâmite deste 1993, ao tempo a assinatura dos acordos administrativos em 1998;
- (c) por não se pronunciar quanto a alegação de ofensa ao art. 7º, caput, e § 2º, da MP 2.169-43, de 24.08.01, em face de acordos não juntados aos autos.

EM PRELIMINAR, merece conhecimento o presente recurso, para determinar que o E. Regional profira novo julgamento na causa, como entender de direito.

(...)

NO MÉRITO, se nele se adentrar, indicam os recorrentes contrariedade aos precedentes do E. STJ, e às normas indicadas, pelos seguintes motivos, em síntese:

- a) - por ofensa à ampla defesa (art. 131 e 740, CPC) e à coisa julgada (art. 467, CPC);
- b) - por ofensa ao art. 7º, caput, e § 2º, da MP 2.169-43, de 24.08.01, por admitir a existência de acordos administrativos não juntados aos autos;
- c) - por ofensa à coisa julgada (art. 467, CPC) quanto à redução de honorários fixados na sentença exequenda, violação nascida no próprio v. Acórdão recorrido.

(...)

IV - MÉRITO. DEMONSTRAÇÃO DO CERCEAMENTO DE DEFESA, DA OFENSA À COISA JULGADA, OFENSA AO ART. 7º, § 2º, DA MP 2.169-43. DISSÍDO JURISPRUDENCIAL.

A - CERCEAMENTO DE DEFESA. DISSENSO PRETORIANO
No caso em tela o v. Acórdão recorrido manteve a r. Decisão que julgou os embargos à execução que ofendeu a ampla defesa e a coisa julgada.

Em relação à contrariedade aos art. 131 e 740, CPC, com indicação de precedente do E. STJ, (...).

(...)

DA CONTRARIEDADE AOS ART. 131 E 740, DO CPC

O v. Acórdão recorrido limita-se a consignar que "a matéria de preliminar analisada juntamente com o mérito", e, ao julgar o mérito, data venia, sem o exame da preliminar, mantém a r. Sentença que julgou os embargos à execução.

Ao comentar o art. 131, do CPC, diz CELSO AGRÍCOLA BARBI que "esse dispositivo consagra o princípio da livre convicção e contém algumas prescrições que são necessárias para lhe fixar o alcance, ao dizer que o juiz atenderá aos fatos e circunstâncias constantes dos autos (...) a parte final do artigo impõe ao juiz indicar, na sentença, os motivos que lhe formaram o convencimento." (destacou-se-p. 326, "Comentários ao CPC", 6ª ed., Forense).

Ao anotar o art. 740, diz THEOTÔNIO NEGRÃO, "se houver provas a produzir (...) o julgamento antecipado da lide importará cerceamento de defesa, devendo ser anulada a sentença (RTJ 84/606, RT 488/1095, 500/130)" (destacou-se - p. 885, nota 9 do art. 740, 43º ed. 2011, ed. Saraiva).

No caso dos autos houve violação das normas citadas. "Há violação de um dispositivo, seja do seu texto literal, seja do seu sentido, na hipótese em que o acórdão (...) deixa de aplicar ao caso concreto dispositivo de lei que seria aplicável BRUNO MATTOS E SILVA, p. 37, "Prequestionamento, Recurso Especial e Recurso Extraordinário", 2002, Forense).

Está demonstrada, assim, a contrariedade apontada.

(...)

B - OFENSA À COISA JULGADA

A r. decisão exequenda está assim expressa:

"... conceder a incorporação, aos vencimentos de seus associados, do percentual de 28,86%, retroativamente a janeiro de 1993, compensando-se eventuais reajustes já recebidos, em fase de liquidação (...)" No caso dos autos o v. Acórdão recorrido manteve a r. Sentença, em sede de embargos à execução de sentença que declarou a executada nada deve aos exequentes, em ofensa à coisa julgada, contrariando a garantia constitucional (art. 5º, XXXVI, CF), e em ofensa ao art. 467, do CPC: "denomina-se coisa julgada material a eficácia, que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário" (destacou-se).

EM SÍNTESE, o v. Acórdão merece reforma para ser acolhida a alegação posta em apelação, de nulidade da sentença, nos termos do pedido. É COMO REQUER.

**C - A OFENSA AO ART. 7º, § 2º, DA MP 2.169-43.
DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL DEMONSTRAÇÃO DA
CONTRARIEDADE**

Está assim redigida a norma contrariada:

"Art.7º-Ao servidor que se encontre em litígio judicial visando ao pagamento da vantagem de que tratam os arts. 1º ao 6º, é facultado receber os valores devidos até 30 de junho de 1998, pela via administrativa, firmando transação, até até 19 de maio de 1999, a ser homologada no juízo competente.

§ 2º -Para efeito da homologação prevista no caput, a falta instrumento da transação, por eventual extravio, será suprida pela apresentação de documento expedido pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE, que comprove a celebração da avença." (grifou-se)

O v. Acórdão merece reforma pelos seguintes motivos.

Em sendo o exequente aquele mesmo que ajuizou o processo de conhecimento, em 1993, não podia o v. Acórdão recorrido declarar que não havia ação em curso ao tempo dos alegados acordos administrativos para dar validade aos mesmos. Em assim fazendo o v. Acórdão, como alegado nos declaratórios, atribui ao artigo 7º, da MP, autoridade superior ao art. 8º, III, da CF, que "estabelece a legitimidade extraordinária dos sindicatos para defender em juízo os direitos e interesses coletivos ou individuais dos integrantes da categoria que representam; que essa legitimidade é ampla, abrangendo a liquidação e a execução dos créditos reconhecidos aos trabalhadores." (RESP 107879/RS, REL. MIN. BENEDITO GONÇALVES, 1ª Turma, DJe de 16/09/2009 - destacou-se).

(...)

O referido art. 7º, da MP, não poderia colidir, mesmo que obliquamente, com o art. 8º, III, da CF, impedindo a plena aplicação deste, porque "o princípio lex superior quer dizer que num conflito entre normas de diferentes níveis, a de nível mais alto, qualquer que seja a ordem cronológica, terá preferência em relação à de nível mais baixo" (MARIA HELENA DINIZ, "Lei de Introdução do Código Civil Brasileiro", p. 69, 1994, Saraiva).

Em consequência, não pode subsistir um julgado que não atenta para a peculiaridade do caso dos autos: o embargado, no exercício de sua legitimação extraordinária, executa sentença em face de ação em curso desde 1993.

Ignorar a existência de ação em curso é restringir a aplicação do art.

7º, caput, da MP, como se tal norma pudesse modificar ou alterar para

o substituto processual o exercício a legitimação extraordinária, que é ampla, garantida pela Constituição.

Quanto a homologação judicial, inexistente caso dos autos, exigência do art. 7º, caput, dizendo o § 2º, que "a falta do instrumento da transação, por eventual extravio, será suprida pela apresentação de documento expedido pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE, que comprove a celebração da avença". Não se supriu a apresentação dos instrumento de acordo porque não trouxe aos autos documento do SIAPE, como alegado na apelação, mas sim documento unilateral, que não passou pelo crivo do contraditório, feita pela própria embargante executada, impugnado ao tempo e do modo" (fls. 179/187e).

Sem Contrarrazões, o recurso foi admitido na origem (fls. 216/217e)

A insurgência não merece prosperar.

Em relação ao art. 535, II, do CPC/73, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido não incorreu em qualquer vício, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 408.492/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/10/2013; STJ, AgRg no AREsp 406.332/MS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/11/2013; STJ, AgRg no REsp 1360762/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/09/2013.

Quanto à questão da homologação, o Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, assentou que:

"Com efeito, o Egrégio Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento de que, tendo sido o acordo dos 28,86% firmado em data anterior à edição da MP 2.169/01, quando não era possível suprir a apresentação de homologação judicial por meio de documento do SIAPE, cabe à Administração apresentar o termo da transação, devidamente homologado pelo juízo competente (AGRESP nº 1011707 e RECURSO ESPECIAL 1188613).

No entanto, a mesma Corte entendeu que não havendo ação em curso podem os servidores firmar acordos na esfera administrativa para recebimento do reajuste (28,86%), independentemente de homologação judicial, o qual pode ser comprovado por meio de

apresentação de extrato fornecido pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE, mesmo no caso de transação ocorrida após a vigência da MP 2.169/01.

Assim, considerando que, no caso, houve acordo administrativo feito diretamente com os servidores, que não integraram o pólo ativo da ação originária, e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul para recebimento das diferenças do reajuste de 28,86%, comprovado pelos extratos fornecidos pelo SIAPE, não há mais crédito a executar em sede da presente demanda, não merecendo reparo, neste aspecto, a r. sentença a quo" (fls. 141/142e)

Tendo o Tribunal de origem concluído pela suficiência da apresentação de extrato fornecido pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE, para a comprovação da realização do acordo, decidiu em sintonia com a jurisprudência do STJ, que dispensa a homologação dos acordos firmados antes da Medida Provisória 2.169/2001, quando ausente demanda judicial individual em curso entre o servidor e Administração, bem como que as fichas financeiras colacionadas pela Administração constituem-se provas legítimas para a comprovação do pagamento das parcelas devidas a título do reajuste de 28,86%, a teor do disposto no art. 332 do CPC/73.

Nesse sentido, entendimento firmado pela Primeira Seção do STJ, em Recurso submetido ao rito do art. 543-C do CPC/73:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 458, II, E 535, II, DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. AUDITOR FISCAL. REAJUSTE DE 28,86% SOBRE A RAV. INCIDÊNCIA NA FORMA INTEGRAL. LIMITAÇÃO TEMPORAL DO PAGAMENTO. MEDIDA PROVISÓRIA 1.915/99. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO COLETIVA. ACORDO EXTRAJUDICIAL. HOMOLOGAÇÃO. DESNECESSIDADE.

1. Não se verificou, na hipótese, a alegada ofensa aos artigos 458, inciso II, e 535, inciso I, ambos do CPC. É que o Tribunal de origem abordou, de forma fundamentada, todos os pontos essenciais para o deslinde da controvérsia, conforme se pode verificar do acórdão de fls. 134/148-e, bem como na decisão dos aclaratórios acostada às fls. 79/92-e dos autos.

(...)

17. O acordo administrativo firmado por servidor que tenha

ação em curso para se discutir a percepção das diferenças de vencimento somente surtirá efeitos sobre a lide quando homologado judicialmente. Entretanto, na hipótese dos autos, há uma peculiaridade que não pode ser desconsiderada, eis que houve exequente que fez acordo administrativo, mas não ajuizou individualmente ação de conhecimento, ou seja, não postulou, concomitantemente, tanto na esfera administrativa quanto na judicial, a percepção do reajuste em tela.

18. Desta feita, é despicienda a homologação judicial do termo de transação extrajudicial, posto que inviável a execução de tal providência, diante da inexistência, à época da celebração do acordo, de demanda judicial entre as partes transigentes.

Precedentes: EREsp 1082526/RS, rel. Ministro Felix Fischer, Terceira Seção, DJe 12/03/2010; AgRg no REsp 1232758/RS, rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 26/05/2011; AgRg no REsp 1221248/RS, rel. Ministro Hamilton Carvalhido, Primeira Turma, DJe 26/04/2011; AgRg no REsp 1219171 / RS, rel. Ministro Benedito Gonçalves, DJe 25/03/2011.

19. Recurso especial parcialmente provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ n. 8/08" (STJ, REsp 1.318.315/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 30/09/2013)

Ainda nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS SEGUNDOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 545 DO CPC/1973. AUSÊNCIA. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE 28,86%. EMBARGOS À EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. ACORDO EXTRAJUDICIAL ANTERIOR À MEDIDA PROVISÓRIA 2.169/2001. DISPENSA DE HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL EXECUÇÃO DE SENTENÇA COLETIVA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. ALTERAÇÕES DAS CONCLUSÕES FIRMADAS. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. 1. Na espécie, os autores desde da origem se insurgem contra sentença que, em sede de embargos à execução, extinguiu a execução em relação aos que firmaram acordo administrativo sobre as diferenças relativas ao reajuste de 28,86%. 2. O acórdão recorrido julgou, de maneira fundamentada, e em conformidade com o que apresentado, ou seja, a tutela jurisdicional foi

prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

3. Acerca da tese de que "o acordo só é válido quando homologado, isto é, quando trazido aos autos com a assinatura da parte interessada e do advogado que a representa na ação", o inconformismo não merece êxito. Isso porque o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a jurisprudência do STJ no sentido de que "a homologação judicial da transação prevista no art. 7º da MP 1.704/1998 é dispensável se inexistente demanda judicial individual de conhecimento entre as partes transigentes à época do acordo" (AgRg no REsp 1.213.841/RS, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 10/11/2015). 4. Por fim, cabe anotar que a análise da ofensa à coisa julgada encontra óbice na Súmula 7/STJ, considerando que a Corte local analisou a demanda com base no acervo fático-probatório dos autos, inclusive em fichas financeiras.

Ademais, não se mencionou nem indicou a definição do momento considerado como última oportunidade de se alegar a limitação temporal do reajuste no processo de conhecimento.

5. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt nos EDcl nos EDcl no REsp 1577560/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 11/09/2019)

Incidente o teor da Súmula 568/STJ: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Por fim, deve-se ressaltar que o Recurso Especial interposto pela alínea c do permissivo constitucional, além da comprovação da divergência – por meio da juntada de certidões ou cópias autenticadas dos acórdãos apontados divergentes, permitida a declaração de autenticidade, pelo próprio advogado, ou a citação de repositório oficial, autorizado ou credenciado, em que os julgados se achem publicados –, nos termos do art. 541, parágrafo único, do CPC/73 e art. 255 do RISTJ, exige a demonstração do dissídio, com a realização do cotejo analítico entre os acórdãos, nos termos legais e regimentais, não bastando a mera transcrição de ementas.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO C. C. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. REDUÇÃO DE PROVENTOS AO TETO CONSTITUCIONAL. ART. 37, XI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INVOCADA

DECADÊNCIA PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. APLICÁVEL. OFENSA A PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. MATÉRIA DECIDIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM SOB O ENFOQUE CONSTITUCIONAL. REVISÃO POR MEIO DE RECURSO ESPECIAL. INVIÁVEL. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE COTEJO ANALÍTICO. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I - No que concerne ao ausência de prequestionamento, verifica-se que a Corte de origem não se pronunciou, ainda que implicitamente, acerca do art. 2º da Lei n. 9.784/99. A análise da controvérsia foi feita, na verdade, sob perspectiva constitucional, mediante análise do dispositivo do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal e princípios como o direito adquirido, ato jurídico perfeito e irredutibilidade de vencimentos. Assim, incide no caso o enunciado da Súmula 211 do Superior Tribunal de Justiça.

II - De outra sorte, o Tribunal de origem, ao decidir a controvérsia, assim o fez com suporte em preceitos eminentemente constitucionais. Incabível a análise da decisão combatida pela via eleita, pois, nos termos do art. 105, III, da CF/88, o recurso especial destina-se à uniformização do direito federal infraconstitucional, sendo reservada ao STF a análise de possível violação de matéria constitucional.

III - Ademais, o recurso não pode ser conhecido pela divergência, pois os recorrentes não realizaram o necessário cotejo analítico, bem como não apresentaram, adequadamente, o dissídio jurisprudencial. Apesar da transcrição de ementas, deixaram de demonstrar as circunstâncias identificadoras da divergência entre o caso confrontado e os arestos paradigmas.

IV - Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no AREsp 1.145.301/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/03/2018).

Na hipótese, contudo, a parte recorrente não se desincumbiu de seu ônus, porquanto não realizou o cotejo analítico entre os julgados trazidos como paradigmas e o acórdão impugnado, mediante a indicação de circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

Ante o exposto, **conheço em parte** do Recurso Especial (art. 535, II, do CPC/73) e, nesta extensão, nego-lhe provimento.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de

Superior Tribunal de Justiça

18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, por tratar-se, de recurso interposto contra decisão proferida na vigência do CPC/73.

I.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES
Relatora